Seção de história da medicina

Dentro das comemorações da Semana do Médico, o Centro de Memória da AMRIGS realizou um ciclo de trabalhos sobre aspectos históricos da Medicina, conferindo o prêmio "Professor Rubens Maciel" aos quatro melhores trabalhos apresentados. O prêmio foi conferido a quatro trabalhos. Nesta edição, apresentamos os dois resumos dos trabalhos vencedores nas categorias Graduando e Graduado em História.

"IR ÀS CURAS": BANHOS MEDICINAIS NAS PRAIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Joana Carolina Schossler

Resumo: Desde a segunda metade do século XIX, o curismo fomentou a vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. Sob a orientação de médicos naturistas, a ida aos banhos de mar foi uma prática terapêutica para a cura de certas moléstias. Mais tarde, a medicina social incentivou os banhos terapêuticos, contribuindo para a popularização da vilegiatura marítima e das praias balneárias do Rio Grande do Sul. No início do século XX, as modernas noções de higiene e de saúde integraram um discurso normativo para regular a vida nas cidades, mas também fora delas, notadamente durante o veraneio nos balneários marítimos. De acordo com os preceitos da medicina social, médicos como o Dr. Raul Pilla defenderam a ida aos banhos de mar, numa visão mais ampla dos seus benefícios do que o curismo da medicina naturista dos primórdios da vilegiatura marítima.

Introdução: Entre os primeiros banhistas nas praias do litoral norte do Rio Grande do Sul, encontram-se imigrantes europeus e seus descendentes. Este fator está relacionado ao conhecimento científico da medicina naturista, exercida, principalmente por médicos estrangeiros, durante a Primeira República (SCHOSSLER, 2010). No final do século XIX, já havia um hotel na praia de Tramandaí, cujo nome (*Hotel da Saúde)* fazia referência aos preceitos terapêuticos dos banhos de mar.

No Rio Grande do Sul, sob a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a medicina social se institucionalizou. Para isso, teve papel importante a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Uma das preocupações principais da medicina social foi a saúde da população aglomerada em centros urbanos (KUMMER, 2002). Para além da vida urbana, a medicina social defendia os balneários, as colônias de férias e outros espaços para revigoramento ou restabelecimento da saúde da população. Nesse sentido, o discurso médico continuou a defender a prática dos banhos de mar, apesar de uma nova orientação científica e política.

Figuras importantes da medicina e da política do RS defenderam os banhos terapêuticos. O Dr. Protásio Alves recomendava a talassoterapia e um regime alimentar para alcançar um bom estado de saúde. O Dr. Raul Pilla escrevia em periódicos, como o jornal *Correio do Povo* e a revista *A Gaivota,* sobre os benefícios salutares da orla marítima, ressaltando que era preciso popularizar as praias para "o fortalecimento da raça, pois não existe melhor tônico para o organismo infantil" (A GAIVOTA, 1943). Em meados dos anos 1930, o médico Dr. Renato Barbosa também proferiu uma palestra sobre os benefícios da talassoterapia, salientando que "nos faltam estabelecimentos criados com este objetivo" (A GAIVOTA, 1930).

Sobre a ida aos banhos de mar, o Dr. Barbosa ainda argumenta que os raios ultravioletas no céu limpo do litoral têm uma ação benéfica, pois não refletem nos muros da cidade, atuando de forma livre na pele do curista. O ar do mar se caracteriza pela pureza dos elementos de sua constituição, pois é incomparavelmente mais rico em oxigênio, agindo de modo salutar sobre a superfície respiratória do pulmão e da pele. O banho possui características particulares, suas temperaturas entre ar e água causam uma vasoconstricção imediata e enérgica, sendo assim contraindicado aos cardíacos, renais e hipertensos (A GAIVOTA, 1930).

Assim, a hidroterapia se desenvolveu conforme uma série de características do ambiente onde se procurava a cura. Certas estações balneárias eram mais propícias que outras para determinadas práticas terapêuticas. Além dos banhos terapêuticos, o espetáculo de uma gente saudável, vigorosa, fértil até idade avançada, a variedade da paisagem, tudo isso ajudava a curar o doente (CORBIN, 1988).

No Rio Grande do Sul, os balneários marítimos se tornaram mais do que espaços de cura e de novas sociabilidades. Sob a égide da medicina social, as praias balneárias se revestiram de um caráter utópico, pois, nelas, poderiam se encontrar as condições ideais para uma vida saudável.

Metodologia: O procedimento metodológico deste trabalho seguiu quatro etapas (localização das fontes, coleta, seleção e análise dos dados coligidos), através das quais se buscou uma melhor compreensão da democratização dos balneários marítimos e, concomitantemente, da prática dos banhos de mar enquanto benefícios de uma medicina social que se institucionalizou no Rio Grande do Sul. Porém, uma análise acurada das fontes para a história da medicina demonstra que o discurso médico naturista precedeu a medicina social no que tange à defesa dos banhos terapêuticos.

Conclusão: Sob a orientação de médicos naturistas, a hidroterapia se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Alguns deles, especialmente alemães, seguiam o método de Kneipp em sanatórios e prescreviam banhos medicinais nas praias balneárias (CORREA, 2010). Mais tarde, a medicina social redimensionou a importância da hidroterapia, da helioterapia e de outras práticas terapêuticas que promoveram a vilegiatura marítima.

Os balneários marítimos apresentavam algumas características utópicas da medicina social, sobretudo pelo fator higiênico e curativo, que a luminosidade, a salinidade e o repouso exerciam ao organismo humano. Entretanto, a crença na unidade funcional do organismo e a confiança nos agentes naturais para a cura das doenças eram particularidades da medicina naturista.

Apesar das diferenças entre a medicina naturista e a medicina social, a ida aos banhos com finalidades terapêuticas foi uma prática indicada pelas duas fases da história da medicina. Neste caso, a medicina naturista introduziu parte da população do Rio Grande do Sul aos banhos de mar, mas a medicina social ampliou e defendeu a prática do veraneio para uma população cada vez maior, que passou a apreciar a beira-mar de forma mais hedonista, valorizando a pele bronzeada e outros aspectos. No Rio Grande do Sul, a gênese da cultura do veraneio que se consolidaria durante o século XX não pode ser dissociada de nossa história da medicina.

024-história da medicina.pmd 91 29/03/2011, 14:34

Referências bibliográficas

1. A GAIVOTA, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul, 1920; 1930, 1943. Acervo: IHGRGS.
2. CORBIN, Alain. Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
3. CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. História. Ciência. Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, pp. 165-184, 2010.
4. KUMMER, Lizete O. A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na primeira república. Dissertação (mestrado), PPGH-UFRGS, 2002.
5. SCHOSSLER, Joana C. "As nossas praias": os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950). Dissertação (mestrado). PPGH– PUCRS, 2010.

"MAIS UM GRANDE ESTABELECIMENTO HOSPITALAR PARA O COMBATE À PESTE BRANCA, EM PORTO ALEGRE (PARTENON)": A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL SANATÓRIO PARTENON RETRATADA PELOS JORNAIS DE 1951

Bárbara Virgínia Groff da Silva, Sherol dos Santos

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão das formas de atuação do governo em relação à tuberculose no Brasil do século XX, enfocando a trajetória do Hospital Sanatório Partenon no tratamento dessa doença. O ponto central é procurar retratar a inauguração do Hospital Sanatório Partenon, dentro das obras realizadas pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose (1946-1951) no Estado do Rio Grande do Sul, através dos jornais de Porto Alegre que estavam em circulação em 1951 (principalmente Correio do Povo e Jornal do Dia).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da exposição *"Caminhos do Partenon: do Hospital de Isolamento ao Sanatório",* que o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) organizou no primeiro semestre de 2010. Como mediadora do setor educativo dessa instituição, tive a oportunidade de entrar em contato com a história da saúde e através das reflexões teóricas que essa área do estudo histórico propicia, tive a oportunidade de perceber que a doença não se resume unicamente a um conjunto de sintomas fisiopatológicos que requerem tratamento médico. Utilizando a metáfora de Nascimento e Silveira (2004), a doença é um *amálgama*, que une a natureza biológica a uma dimensão social determinada dentro de um espaço e tempo, ou seja, a sociedade expressa e significa de maneira diferente as doenças ao longo do tempo.

Sendo assim, a doença não tem existência em si, é uma entidade abstrata (Sournia, 1985), portanto uma construção temporal. Dependendo da sociedade em que se está inserido, com suas inovações tecnológicas aliadas aos esquemas sociopolíticos, ocorrerá a significação do processo, sua classificação como fenômeno, resultando nas formas de atuação da sociedade perante os indivíduos que demonstram determinados sintomas fisiopatológicos. Além disso, a doença, segundo Revel e Peter (1976), pode ser considerada elemento de desorganização e reorganização social, já que a enfermidade torna mais visíveis as articulações essenciais dos grupos, as linhas de força e as tensões que transpassam nesses momentos de crise.

Se a doença é uma construção que se modifica ao longo do tempo; consequentemente, ela pode tornar-se objeto de análise do historiador. Em meados da década de 1970, ocorreu um movimento na área histórica, intitulado "História Nova", que buscou a ampliação dos objetos, problemas e fontes para o trabalho do historiador. Um dos incentivadores desse movimento, Jacques Le Goff (1985), destacou a doença como objeto de análise histórica ao propor que há uma interação não somente com a história dos progressos científicos, mas também com a história das estruturas sociais, dentro de seus saberes, práticas e representações. A partir desses marcos teóricos iniciais dentro da área da história da saúde, e enfocando a trajetória do Hospital Sanatório Partenon em relação à tuberculose, surgiu o tema deste trabalho: retratar a inauguração dessa instituição de saúde, dentro da Campanha Nacional contra a Tuberculose, pelos jornais de Porto Alegre que estavam em circulação em 1951.

METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como fonte, conforme mencionado, os jornais de Porto Alegre que estavam em circulação no ano de 1951, quando o Hospital Sanatório Partenon foi inaugurado dentro das realizações que a Campanha Nacional contra a Tuberculose estava promovendo em todo o Brasil. Segundo a listagem do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, os seguintes periódicos estariam em circulação naquela época na capital: Correio do Povo, Diário de Notícias, Jornal do Dia, Folha da Tarde, A Nação (1).

Segundo Elmir (1995) e De Luca (2008), o pesquisador que opta por trabalhar com esse tipo de fonte deve considerar, durante a análise, o deslocamento do tempo e do espaço presente entre o jornal e o historiador, pois este conhece os acontecimentos posteriores ao que o periódico retrata e, por isso, pode incorrer na tentativa de comprovar informações pré-concebidas antes de examinar a fonte (ou não prestar atenção aos "becos sem saída": situações que foram cogitadas naquele momento, contudo, acabaram não se realizando). Para esses autores, quanto mais exemplares forem analisados, menos chances de se cometer uma má interpretação do discurso do periódico. A articulação de variadas fontes para o desenvolvimento do trabalho contribui de outra forma para assegurar uma interpretação mais coerente do contexto estudado. Para Elmir (1995), a dificuldade para sustentar uma pesquisa maior que um ensaio valendo-se unicamente de um tipo de fonte documental é grande. Sendo assim, reitero minha proposta de retratar (e não analisar) a inauguração do Hospital Sanatório Partenon. O presente trabalho é um experimento; não está inserido dentro de outro projeto de pesquisa que trabalha de forma mais densa a análise do respectivo hospital ou o contexto da Campanha Nacional Contra a Tuberculose no Estado, surgindo mais como uma curiosidade de quem media a exposição que o MUHM organizou.

Durante os cem anos de atuação do Hospital Sanatório Partenon (2) diversas doenças foram tratadas em suas dependências, como: varíola, gripe espanhola, hanseníase, sarampo, coqueluche. Dentre todas as enfermidades, o trabalho dará ênfase à tuberculose, doença crônica, que até as primeiras décadas do século XX não era assumida como problema nacional pelos governos federal e estadual (Nascimento, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tuberculose é uma doença infectocontagiosa de caráter crônico, ocasionada por uma bactéria, *Mycobacterium tuberculosis,* também conhecida por bacilo de Koch. Normalmente, a primeira região a ser atacada pelo bacilo são os pulmões, local com as melhores condições para a sobrevivência do micróbio, sendo úmido, quente, arejado e sombrio ao mesmo tempo (Bertolli Filho, 2001). No entanto, a tuberculose pode ocorrer em outras regiões do corpo. A contaminação ocorre pelo ar infectado, já que o doente, ao tossir, espirrar ou falar, lança gotículas com

024-história da medicina.pmd 92 29/03/2011, 14:34

milhares de bacilos, que podem ser aspirados por outro indivíduo, ou se depositarem em móveis e roupas. Os principais sintomas são: tosse frequente, muco, febre, suores excessivos, perda do apetite e do peso, além da expectoração de sangue originário do aparelho respiratório (hemoptise). Atualmente o tratamento ocorre através da utilização de três medicamentos ao longo de seis meses. Contudo, por muito tempo a tuberculose foi considerada uma doença com poucas chances de cura e diversos tratamentos foram utilizados, como: toracoplastia, pneumotórax terapêutico, transferência do doente para locais onde o ar era considerado mais puro, entre outros.

Essa enfermidade acompanha o homem há muito tempo e, por isso, passou por vários processos de significação ao longo dos séculos pela sociedade. De "mal dos poetas", dentro de uma visão romântica, a "doença da civilização" no início do século XX (3), sua trajetória no Brasil foi permeada por diversas articulações entre grupos médicos e governos federal e estaduais. De forma resumida, pode-se afirmar que durante as duas primeiras décadas do século XX, essa doença não foi objeto de uma intervenção federal efetiva; o governo brasileiro apenas reconhecia o alto índice de mortalidade, mas não havia uma forma de atuação direta. As tentativas de organização para o controle da tuberculose que surgiram, ocorreram por iniciativa privada de médicos que buscavam orientar a população para o combate ao bacilo de Koch através de hábitos de higiene, além de angariar fundos para a construção de dispensários e sanatórios (4).

Segundo Serres (2007), em 1920, devido às pressões que o movimento sanitarista exerceu nos poderes públicos federais, reivindicando um planejamento unificado de intervenção governamental, para atender a população de todos os Estados, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública. Durante a década de 1920, ficaram perceptíveis os entraves que esse órgão sofreria, pois seus serviços somente poderiam ser feitos mediante acordos com os Estados da Federação. A situação da saúde pública começa a modificar-se apenas na década de 1930, quando Vargas assume o governo federal e inicia, aos poucos, a expansão da burocracia governamental em todas as áreas do país, com o objetivo de centralizar as instituições públicas e intervir oficialmente nas organizações privadas (Bertolli Filho, 2001). Dentro dessa política, a esfera da saúde coletiva não foi excluída, e em 1931 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, órgão federal que gerenciava as questões de saúde e educação em todos os Estados (excluindo dessa forma a autonomia estatal).

À medida que o governo Vargas consolidava-se no comando do país, o intervencionismo, uniformidade e centralização na área da saúde tornavam-se mais rígidos. A Reforma Capanema, conjunto de ações empreendidas pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, de 1937 a 1945, centralizou e uniformizou as atividades através da criação das Delegacias Federais de Saúde, dos Serviços Nacionais (para uma série de doenças endêmicas, como a tuberculose) e das Conferências Nacionais de Saúde (Serres, 2007). O Serviço Nacional de Tuberculose foi organizado em 1941, incentivando o isolamento hospitalar como forma de controle, procurando ampliar os leitos para os tuberculosos em todo o Brasil. A Campanha Nacional contra a Tuberculose, financiadora da construção do Hospital Sanatório Partenon, foi instituída por decreto-lei em 1946, estando a cargo do Serviço Nacional de Tuberculose o seu gerenciamento e controle (Picon; Rizzon & Ott, 1993).

Após essa breve contextualização da tuberculose como doença endêmica no Brasil e a forma como o governo brasileiro agiu para o seu controle, podemos partir para os jornais em si. Os jornais que retrataram a inauguração do Hospital Sanatório Partenon foram três: Correio do Povo, Diário de Notícias e Jornal do Dia. De todos os periódicos lidos, o Correio do Povo foi o que mais contribuiu para esse trabalho, noticiando de forma abrangente a inauguração do hospital e a questão da Campanha Nacional Contra a Tuberculose. Além disso, em suas edições havia boletins do Departamento Estadual de Saúde sobre as doenças contagiosas durante um determinado período em Porto Alegre (o Jornal do Dia também divulgava esses boletins) e, na seção de cartas dos leitores, podem ser constatadas diversas reclamações de moradores do bairro Partenon sobre as necessidades do local.

O convite para a cerimônia de inauguração das obras, que ocorreria dia vinte e sete de janeiro de 1951, foi divulgado nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias (5), informando o cronograma: oito horas da manhã começaria a cerimônia pelo pavilhão anexo do Hospital da Brigada Militar, seguindo as autoridades para o Dispensário Antituberculoso do Centro de Saúde Modelo, logo depois para o pavilhão anexo do Manicômio Judiciário e terminando as formalidades no Hospital Sanatório Partenon. De todas essas edificações, o novo hospital era a construção que tinha o maior destaque, considerado pelas matérias dos três jornais como a mais importante inauguração do dia, pois era o "moderno nosocômio", que estava "preparado para atender imediatamente", "muito bem equipado" com os "melhores recursos que a medicina disponibilizava na época". Informações numéricas a respeito da instituição eram repetidamente informadas pelos textos jornalísticos: construído em onze meses, o hospital dispunha de 412 leitos para tuberculosos, ocupando uma área de 5.600 m², tendo custado cerca de seis milhões de cruzeiros financiados pelo governo federal, que almejava com a Campanha Nacional Contra a Tuberculose construir 12.000 leitos para tuberculosos no Brasil, sendo 670 somente no Rio Grande do Sul.

O discurso patriótico que emerge quando o tema corresponde à tuberculose, e a questão do combate, da luta contra essa doença, está presente nas reportagens observadas. O Jornal do Dia inicia sua reportagem que retrata a abertura do Hospital Sanatório Partenon com a seguinte frase: *"Na grande luta que travamos para conseguir dias melhores para o futuro da pátria deparamos com um inimigo implacável: a tuberculose"* (6). A reportagem destaca que o número elevado de vítimas dessa enfermidade é decorrente da falta de recursos e das condições higiênicas precárias que as classes menos favorecidas possuíam, demonstrando o caráter sanitarista que existia naquele momento sob a forma de combate da enfermidade. Logo em seguida, a reportagem destaca: *"Honroso é dizer que o governo brasileiro não se tem descuidado neste combate meritório à peste branca"*. A questão do engajamento social que essa campanha solicitava não é deixada de fora, principalmente nesse momento de inaugurações. A matéria do Correio do Povo publicada no dia seguinte ao ato solene destaca que o Hospital Sanatório Partenon está pronto para entrar em atendimento, pois contou com a colaboração da ala feminina da Campanha Nacional Contra a Tuberculose (formada, segundo a reportagem, pelas *"senhoras de nossa sociedade"*), que confeccionou todas as roupas brancas do nosocômio (7).

As inaugurações das obras para o tratamento de tuberculosos rendeu propagandas para as empresas envolvidas durante o processo de construção. A construtora Tedesco & Cia., e seu diretor Rui Tedesco aparecem em boa parte das reportagens sobre as obras da Campanha, não só da capital, como no interior do Estado, sendo citados nas matérias de diferentes formas: como os "construtores dos projetos", aparecendo nos discursos de inaugurações ao lado das autoridades, oferecendo churrasco de comemoração pelo início do funcionamento das obras ou dando pequenas entrevistas para os repórteres.

Outra empresa que aproveitou publicitariamente essa situação de inaugurações de obras da Campanha foi a Instaladora Garcel Ltda. (responsável por instalações de gás, água, refrigeração, calefação, esgoto e luz), que publicou uma reportagem de meia página no Correio do Povo, mostrando durante a reportagem as suas realizações em cada edificação que a Campanha construiu na capital. Na parte referente ao Hospital Sanatório Partenon, a Instaladora destaca seus méritos e divulga seus serviços através da descrição dos itens instalados: serviço de telefonia, luz e sinalização.

O objetivo da Campanha era aumentar o número de leitos para tuberculosos em vários Estados do Brasil, construindo pavilhões, dispensários e hospitais. O Correio do Povo (8) em uma reportagem sobre a ampliação de leitos pelo interior do Estado, destaca as seguintes cidades que foram beneficiadas com o aumento: Bagé, Rio Grande, São Leopoldo, Livramento, Pelotas e Porto Alegre. Apesar do tom nacionalista de grandes conquistas para o país no tratamento da tuberculose (com doze mil leitos a serem construídos), deve-se considerar que esse número era inferior para o grande contingente de enfermos. Utilizando-se os dados do Departamento Estadual de Saúde para Porto Alegre que estavam publicados no Correio do Povo, pode-se perceber que as quantias eram muito insignificantes em relação à quantidade de doen-

024-história da medicina.pmd 93 29/03/2011, 14:34

tes notificados. Por exemplo, o ano de 1950 contou com 3.409 casos de doenças transmissíveis diversas, sendo que, desse total, 1.708 eram de tuberculose, correspondendo a 50% do total (9). No mês de junho de 1951, ocorreram 236 casos de doenças contagiosas, sendo cerca de 56,4% (133 casos) de tuberculose (10). E já na metade do ano de 1951, em meados de julho, havia o registro de 1.039 casos dessa enfermidade (11).

O bairro Partenon é alvo de diversas reclamações referentes à infraestrutura na seção do "Correio do Leitor", do jornal Correio do Povo. Ao longo do ano de 1951, ocorreram diversas reclamações sobre as linhas de ônibus que percorriam o bairro, lamentando a falta de uma linha específica no local, a demora dos usuários nas paradas e as condições precárias dos veículos. Outros problemas que surgiam nas reclamações e pedidos dos leitores eram as questões do abastecimento de água e da falta de esgoto. De acordo com a reportagem do Correio do Povo (12) , não era somente o bairro Partenon que sofria com a falta de esgotos; outras zonas da cidade mais afastadas do centro da capital, como Petrópolis, Glória e Teresópolis também possuíam esses problemas.

Portanto, a inauguração das obras realizadas em Porto Alegre pela Campanha Nacional Contra a Tuberculose ocorreu no período de troca de governo, quando Getúlio Vargas retorna de forma eleitoral para a presidência da República. Dessa maneira, o Diário de Notícias não enfatizou como o Correio do Povo ou o Jornal do Dia as obras que foram construídas pelo governo que estava terminando, preocupando-se, principalmente no mês de janeiro de 1951, em saudar a eleição de Vargas e acompanhar os primeiros passos do novo presidente juntamente com as nomeações para os cargos do seu novo mandato. O Correio do Povo e o Jornal do Dia abordam de forma mais extensa (principalmente o primeiro) as realizações da Campanha, valendo-se do discurso combativo, de luta contra a Peste Branca, e do nacionalismo, como se o governo brasileiro sempre estivesse preocupado com essa endemia e que o período de 1951 era o ápice do projeto em saúde, culminando em diversos leitos e locais para tratamento dos tuberculosos.

O Hospital Sanatório Partenon era a admirável obra dessa Campanha, construído de forma rápida, como que querendo demonstrar a eficácia das ações governamentais para o tratamento da tuberculose, doença que, apesar de não ser considerada um "mal que atrasava o futuro do país", como era considerada a lepra (Serres, 2004), acometia cada vez mais a população menos favorecida em questões de saúde, renda e higiene. Perder "cidadãos brasileiros" aptos para o trabalho e "dignos" de levar adiante o projeto da construção do Brasil novo e moderno era inaceitável, por isso fazia-se necessário investir contra essa doença endêmica, ampliar o número de serviços e leitos para os enfermos na maioria dos Estados e divulgar formas de contágio, diagnóstico e tratamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bertolli Filho, Cláudio. História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2001.
2. Nascimento, Dilene Raimundo do. As Pestes do Século XX: Tuberculose e AIDSno Brasil, uma História Comparada. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2005.
3. Silveira, Anny J. T. & Nascimento, Dilene R. do. "A Doença revelando a história. Uma historiografia das doenças". In: Nascimento, Dilene R. do & Carvalho, Diana Maul de (orgs). Uma História Brasileira das Doenças. Brasília, Paralelo 15, 2004.
4. Le Goff, Jacques. As Doenças Têm História. Lisboa, Terramar, 1985.
5. Sournia, Jean-Charles. O Homem e a Doença. In: LE GOFF, Jacques. As Doenças Têm História. Lisboa, Terramar, 1985.
6. Revel, Jacques & Peter, Jean-Pierre. O Corpo: O Homem Doente e Sua História. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques. História: Novos Objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
7. De Luca, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2008.
8. Elmir. Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: Algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos do PPG em História da UFRGS, n.13, dezembro de 1995.
9. Serres, Juliane C. P. O Rio Grande do Sul na Agenda Sanitária Nacional nos Anos 1930 e 1940. Boletim da Saúde. Volume 21, Número 1 (Jan/Jul 2007), pp. 39-50. Disponível em: http://www.esp.rs.gov.br/img2/v21n1RS%20na%20Agenda.pdf . Acesso em: 25 ago. 2010.
10. Antunes, José Leopoldo Ferreira et al. A Tuberculose Através do Século: ícones canônicos e signos de combate à enfermidade. Ciência & Saúde Coletiva. Volume 5, Número 2 (2000), pp. 367-379. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7101.pdf . Acesso em: 10 ago. 2010.
11. Picon PD, Rizzon CF, Ott WP. Tuberculose: epidemiologia, diagnóstico e tratamento em clínica e saúde pública. Rio de Janeiro, Ed. Médica e Científica, 1993.
12. Weber Beatriz T. & Serres, Juliane CP. Instituições de Saúde de Porto Alegre – inventário. Porto Alegre, Ideograf, 2008.
13. Serres, Juliane C. P. "Nós não caminhamos sós": o Hospital Colônia Itapuã e o Combate à Lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950). São Leopoldo, UNISINOS, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2004.

024-história da medicina.pmd 94 29/03/2011, 14:34